



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01

SESSÃO ORDINÁRIA

24.02.2023

MANDATO 2021/2025

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2023**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, **sob a presidência** de Aníbal Manuel Curto Ribeiro e secretariado por, Ana Paula Duarte Cardoso primeira secretária e Rita Lourenço de Sousa segunda secretária, **reuniu na modalidade presencial**, no auditório do edifício da Resinagem, sito na Praça Stephens, **em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Marinha Grande** com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. APRECIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2022, de acordo com o preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma; _____

2. APRECIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2022, de acordo com o preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma na sua redação atual; _____

3. REELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE) PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA A REVISÃO DO P.D.M. - PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 7º da Portaria nº 277/2015 de 10 de setembro; _____

4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO ANO DE 2022 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – C.P.C.J., nos termos do n.º 2, do artigo 32º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações impostas pela Lei nº 31/2003, de 22 de agosto, conjugado com a alínea k), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual; _____

5. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA, nos termos do disposto na alínea c), n.º 2 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

v v v v v

Para além dos membros da Mesa, marcaram presença os seguintes deputados: _____

Bancada do Mais Movimento pela Marinha (+MPM): Carlos Wilson da Silva Batista, Carlos Jorge Dias Alves, Artur Jorge Rosa dos Santos, Lisa Manuela Bordalo Barata, Carlos Manuel Moutinho Laranjo, Vanessa Andreia Feliciano e Rocha e Jorge Manuel Domingues Fragoso Brígido; _____

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): João Pedro Leal Norte, Susana Paula Ribeiro Domingues, Lino Jorge Lopes Fragata, Maria Clementina Loureiro Esperança e Filipe Ferreira Duarte; _____

Bancada do Partido Socialista (PS): Ana Catarina Sousa da Silva Carlos, Cláudia Fabiana Gaspar de Brito Perfeito, Ana Luísa Cardeira Martins e Joaquim António Paiva Rodrigues; _____

Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Manuel José Cardoso Santos; _____

Bancada do Bloco de Esquerda (BE): Telma Carina Lopes Gaspar; _____

e ainda os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia:** _____

Marinha Grande: Cristina de Jesus e Sousa (+MPM); _____

Moita: Franclim de Sousa Ventura (CDU); _____

Vieira de Leiria: Álvaro Pinto Cardoso (PS). _____

v v v v v

Estiveram ainda presentes, pelo **Órgão Executivo**, o Presidente da Câmara Municipal, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, os Vereadores João Emanuel de Brito Filipe e António Fragoso Henriques, e as Vereadoras Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, Ana Laura Lopes Rogério Baridó, Orlando Jóia Santos Costa e Lara Marques Lino. _____

v v v v v

De acordo com o disposto no art.º 49º do Regimento, foram ainda **admitidas as respetivas substituições** dos seguintes deputados: Luís António Geria Barreiros (CDU) pelo deputado Lino Jorge Lopes Fragata (CDU), João Cravo Nunes da Silva Granja (+MPM) pelo deputado Carlos Manuel Moutinho Laranjo (+MPM), Rafael da Costa Almeida (PS) pela deputada Ana Luísa Cardeira Martins (PS), Nuno Miguel Lopes Machado (BE) pela deputada Telma Carina Lopes Gaspar (BE), Francisco Manuel de Jesus Soares (PS) pelo deputado Joaquim António Paiva Rodrigues (PS). _____

v v v v v

Após a verificação da existência de quórum, com a presença de vinte e quatro deputados, nos termos do disposto no artigo 11º do Regimento, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, **o Presidente da Mesa**, Aníbal Curto Ribeiro, declarou aberta a sessão. _____

vvvvv

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa declarou aberto o período antes da ordem do dia pelas vinte horas e quarenta e três minutos.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Álvaro Cardoso (PS_JFVL)** que apresentou o seguinte Voto de Pesar:

“Voto de Pesar

O pretérito dia 19 e dia 21 de fevereiro, ficarão indelevelmente marcados na memória de muitos Vieirenses e particularmente das famílias, daqueles que acidentalmente e precocemente partiram deixando a Comunidade Vieirense mais pobre e consternada.

ANTONIO VERGILIO LETRA LEANDRO, nasceu em 19 de agosto de 1964, com a profissão de motorista, atualmente reformado, continuando a desenvolver atividade de pesca de arte xávega integrando a companhia do VIKING, durante o verão e no inverno dedicando-se a arte de pesca com as majoeiras, atividades pelas quais nutria forte paixão. Faleceu em 19 de fevereiro em resultado de trágico acidente na estrada atlântica de que resultaram mais duas vítimas mortais (Pai e filha) e duas vítimas gravemente feridas (Mãe e filho), uma família jovem destroçada, lamentando o violento acidente e endereçando à família sentidas condolências pelos que partiram e rápida e eficaz recuperação aos feridos.

CARLOS ALBERTO SOUSA SAPATEIRO “O Beto Sapateiro”, nasceu a 16 de fevereiro de 1959, tinha acabado de festejar o sexagésimo quarto aniversário. Foi jogador de futebol, bancário, atualmente aposentado, continuando a desenvolver atividade de pesca de arte xávega iniciou na companhia do “Deus te Salve”, atualmente integrava a companhia do FALCÃO, durante o verão e de inverno dedicava-se a arte de pesca com as majoeiras, atividades pelas quais nutria forte paixão.

JOÃO SILVA, nasceu na Ordem, onde viveu a sua juventude, foi jogador de futebol, tendo emigrado para França, de onde regressou definitivamente e adquiriu casa na Praia da Vieira onde residia, amante da pesca de arte xávega e pesca com majoeiras, ambos faleceram no passado dia 21 de fevereiro, por afogamento em circunstâncias por apurar;

Estes três cidadãos tinham em comum o encantamento pelo local onde nasceram e ou residiam, o fascínio e admiração pelo mar, uma das suas primeiras rotinas quotidianas, à semelhança de todos aqueles que ali residem, era contemplar o mar, respirar a neblina matinal envolta em maresia, como se de um antídoto se tratasse para o resto do dia, analisar a serenidade ou agitação do mar, dar um dedo de conversa com os amigos e veraneantes, a inabalável paixão, diria mesmo, o vício pela pesca e um enorme orgulho pela beleza da sua praia e singularidade de sentimentos e solidariedade das suas gentes.

Partiram, deixando-nos a tristeza e na nossa memória o seu empenho e contributo na preservação da arte xávega.”.

O **VOTO de PESAR** foi aprovado por **Unanimidade**

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que apresentou a seguinte saudação ao Dia da Mulher:

“Dia Internacional da Mulher

Assinalar este Dia Internacional, lembra as lutas das sufragistas pelo direito de voto e a luta das operárias têxteis pela redução do horário de trabalho e por condições dignas, lutas vindas do Séc. XIX e que, no início do Séc. XX desencadearam na Europa e nos EUA as maiores ofensivas e repressão policiais. A luta emancipadora das mulheres trabalhadoras e a luta pelo sufrágio universal era então o grande objetivo desta celebração.

Até a Revolução de Abril de 1974, em Portugal, quase tudo estava por fazer nesta matéria, e merece destaque o importante papel das mulheres da Marinha Grande no combate à opressão da ditadura fascista e por direitos fundamentais na vida e no trabalho. Tomando• como exemplo a luta das empalhadeiras (maio 1958) — e da ida ao sindicato ao serviço dos patrões e conivente com a Pide; da greve em março de 1974 pelo aumento do salário — elas eram e são interventivas, prontas para a solidariedade, para continuar a lutar no bairro, no local de trabalho, na coletividade.

A luta pelos direitos das mulheres tem sido, desde sempre, um compromisso das forças progressistas mais consequentes.

Lutar por uma nova política que assegure os direitos das mulheres enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães, porque essa é a condição necessária para que possam viver, trabalhar e participar em igualdade em todas as esferas da vida, dando-lhes igualmente a confiança para se assumirem como protagonistas das mudanças que desejam para as suas vidas.

Com a Revolução de Abril deram-se passos gigantescos na eliminação das discriminações e na consagração da igualdade na lei e foram criadas as condições para levar por diante a transformação da sua condição e estatuto social.

Apesar do reconhecimento da igualdade na lei, 49 anos após o 25 de Abril persistem desigualdades e discriminações sobre as mulheres nas mais diversas áreas da vida - trabalho, família, participação cívica, exercício de direitos, entre outras - que urgem ser extintas para a prossecução de uma sociedade liberta de exploração e discriminação, uma sociedade justa, fraterna e solidária.

As opções políticas dos últimos anos empobreceram grande parte da população portuguesa com consequências mais gravosas sobre as mulheres trabalhadoras, reformadas e jovens:

maior desemprego feminino, aumento do número de mulheres a viver abaixo do limiar da pobreza (com referência obrigatória às famílias monoparentais lideradas por mulheres nesta condição), sem acesso à habitação, com baixos salários, o aumento da precaridade; de destacar ainda outras formas de violência sobre as mulheres que persistem: a violência doméstica, o assédio laboral, as dificuldades no acesso à educação, à saúde ou à participação política.

A recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos anos, de vital importância para a melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; pelo aumento do salário, em defesa do Serviço Nacional de Saúde e contra o encerramento das Maternidades e serviços de obstetrícia, em defesa dos direitos das crianças, que se materializam quando as mães os exercem também.

Este é um processo que importa prosseguir e consolidar, com as mulheres como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.

A bancada Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em 24 de fevereiro de 2023, delibere:

- Saudar o Dia Internacional da Mulher;
- Saudar as Mulheres da Marinha Grande que continuam a luta pelos direitos e participarão ativamente na semana da Igualdade promovida pela CGTP e na manifestação no dia 11 de março em Lisboa, organizada pelo MDM - Movimento Democrático de Mulheres-, exigindo melhores condições de vida e de trabalho para si e para as suas famílias;
- Saudar todas as mulheres que diariamente combatem os preconceitos e a invisibilidade, que se organizam e lutam contra a discriminação, que não abdicam de ocupar o seu lugar por direito, seja no local de trabalho, na vida política e cívica, no associativismo, nos sindicatos, em todos os espaços desta longa caminhada pela igualdade.”.

O **VOTO de SAUDAÇÃO** ao Dia da Mulher foi aprovado por **Unanimidade**

v v v v v

Usou da palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que referiu que o PSD apresentou na Assembleia da República uma proposta para a criação de um serviço de urgência básica no Centro de Saúde da Marinha Grande, como forma de retirar pressão ao serviço de urgências do Hospital Sto. André. Mais referiu que, também, foi apresentada proposta de criação de isenção da portagem da A8 no troço de Marinha Grande / Leiria. Referiu ainda as variantes que se pretende criar na Marinha Grande. Mais referiu que ainda não tinham visto a nova proposta do orçamento para 2023, lembrando que o PSD apoiará o mesmo.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Vanessa Rocha (+MPM)** que referiu que os eventos ocorridos no último mês, parabenizando a Câmara Municipal pela realização dos mesmos, reforçando a ideia de que quando se trabalha em conjunto os resultados só podem ser positivos.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU_PJFM)** que referiu que o ano de 2022 já passou e que, do orçamento, nada tinha saído para a Moita, isto é, nada se tinha feito, esperando que até ao final do corrente ano, o Sr. Presidente da Câmara, informe a população da Moita que valeu a pena esperar. Mais referiu o que não está bem na freguesia da Moita, fazendo alusão, entre outros, ao estado das habitações sociais. Referiu, também, a necessidade de existir uma proposta de contrato interadministrativo para que a junta de freguesia da Moita possa assumir e solucionar determinados problemas da freguesia. Referiu ainda, a abertura do SNS24, na Moita, bem como o simulacro, que irá ocorrer na freguesia, de um fogo que irá ter uma ignição junto à guarda do Casal da Lebre e que irá ter como protagonistas várias corporações de bombeiros bem como agentes de segurança. Mais referiu que, neste momento, o que mais o choca é ver as crianças da escola da Moita à chuva por falta de abrigo.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que referiu que faz um ano que a Rússia invadiu a Ucrânia fazendo uma breve reflexão sobre o tema. Deixou ainda uma palavra de conforto às famílias que perderam os seus entes queridos, deixando uma nota de homenagem a Alípio do Reis Alves, uma voz que entrou pelos ouvidos e corações dos marinhenses durante mais de uma década e que partiu no último dia 17 janeiro.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 1

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado João Norte (CDU)** que apresentou o seguinte **Voto de Condenação:**

“Voto de condenação da escalada de confrontação e guerra e de exigência da Paz!

É preocupante o agravamento da guerra na Ucrânia, uma guerra que dura há nove anos e que urge pôr fim.

Apresentada como sendo entre a Rússia e a Ucrânia, esta guerra é, de facto, expressão da estratégia belicista dos EUA e da NATO visando a Rússia, em que o povo ucraniano é utilizado e sacrificado em função dessa mesma estratégia.

A escalada de confrontação e de guerra, o envio de armamento cada vez mais sofisticado e ofensivo, encerra sérias consequências e acrescidos perigos para os povos da Europa e do Mundo.

É cada vez mais evidente que são os povos que estão a pagar os custos da instigação da guerra da deriva militarista e das sanções levadas a cabo pelos EUA, a NATO e a UE, patentes no aumento dos

preços da energia, dos alimentos e de outros bens de primeira necessidade, no ataque aos direitos e às condições de vida, no agravamento da pobreza e das desigualdades, na deterioração da situação económica e social.

É cada vez mais evidente que quem ganha com a guerra e quer o seu prolongamento são as grandes empresas de armamento, da energia, da alimentação, da distribuição ou a banca, que acumulam lucros colossais.

Portugal não deve contribuir para o agravamento do conflito, do militarismo, da guerra, mas para a solução pacífica dos conflitos internacionais, a dissolução dos blocos político-militares, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, como consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Assim reunida a Assembleia Municipal da Marinha Grande, a 24 de fevereiro de 2023:

- Expressa a sua solidariedade para as vítimas de uma guerra que dura há nove anos e que urge pôr fim;
- Apela a que os EUA, aa NATO e aa UE cessem de instigar e alimentar a guerra na Ucrânia e que se abram vias de negociação com os demais intervenientes, nomeadamente a Federação Russa, visando alcançar uma solução política para o conflito, a resposta aos problemas de segurança coletiva e do desarmamento na Europa, o cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Fina da Conferência de Helsínquia e insta o Governo português a tomar iniciativas neste sentido.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Marinha Grande.”.

O **VOTO de CONDENAÇÃO** foi reprovado 6 votos a favor e 18 votos contra

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu que, felizmente, somos todos livres de expressar a opinião.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Artur Santos (+MPM)** que referiu que, a bancada do +MPM, só poderá apoiar o título do Voto de Condenação e não se identificam com os termos que estão plasmados no mesmo.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Cláudia Fabiana (PS)** que referiu que, apesar de ser um voto de condenação à guerra, o teor do documento não corresponde aquilo que a bancada do PS se identifica.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que referiu que, a bancada do PSD vai votar contra o voto de condenação apresentado pela bancada da CDU.

vvvvv

Usou da palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que proferiu a seguinte **declaração de voto**:

“Declaração de Voto

O meu voto contra é contra a guerra, contra a invasão de um estado de direito por outro estado de direito que contraria a Carta das Nações Unidas e que contraria a Ordem Internacional.

O direito dos estados ao seu território, e a proteção dos seus territórios e seus habitantes, é um valor civilizacional.

Nós vivemos numa organização política e social que sobrepõe a vontade dos povos sobre a vontade das ditaduras.

Esta guerra foi provocada, única e exclusivamente, por um estado, a Rússia, contra outro estado, a Ucrânia. Já houve anteriormente uma ocupação de um território, a Crimeia que pertenceu à Federação Russa, e que a Rússia tornou independente. Essa ocupação, com a passividade com que o resto do mundo a encarou, levou à ousadia de voltar a invadir a Ucrânia para a conquistar, intervir e para depor governos que foram eleitos legitimamente pelos seus povos.

Nunca poderemos concordar com este tipo de procedimentos entre países e, a Carta das Nações Unidas é perfeitamente clara sobre esse aspeto, portanto, se há guerra devemos de acabar com a guerra, mas a única entidade que pode acabar com a guerra é o invasor ao voltar à situação anterior à guerra, sem isso não pode acabar a guerra.

Não há negociações de paz, não há votos e apelos à paz quando se ocupou território de outro país.”.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Nota de Pesar - Demonstrou solidariedade por parte do executivo para com as notas de pesar apresentadas.

Ishções das Portagens da A8 – Está a ser agenda reunião com a administração da concessionária para ser apresentado o problema.

Orçamento 2023 – Não é fácil viver sem orçamento e estão a ter algumas dificuldades no que está a ser elaborado.

Moita – As ações necessárias e que foram elencadas não serão passíveis de serem realizadas sem o orçamento aprovado. Referiu ainda que a Câmara vai começar a organizar os Passeios Pedestres e que o primeiro será na Moita.

vvvvv

Terminadas as intervenções no período antes da ordem do dia e por se tratar de uma sessão ordinária, e dando cumprimentos ao estipulado no nº 1 do artigo 16º e no artigo 18º do Regimento, **o Presidente da Mesa** informou que estão reunidas as condições para o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

vvvvv

1 – O Sr. Carlos Rosa, residente na Marinha Grande, que abordou o assunto relacionado com as multas de estacionamento na Marinha Grande.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 2

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador António Fragoso** que esclareceu o munícipe sobre o assunto exposto, isto é, informou que os infratores deveriam ter feito chegar à Câmara Municipal o comprovativo do pagamento da coima, como o não fizeram foi enviado ofícios para que comprovem o pagamento da mesma.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Não é a Câmara que passa as multas de estacionamento, o que está a acontecer decorre da Lei.

vvvvv

Cerca das vinte e uma horas e quarenta e seis minutos, o **Presidente da Mesa** apresentou e colocou à apreciação, discussão e votação, os pontos da ordem de trabalhos, incluídos na ordem do dia, conforme previsto no artigo 19º do Regimento. _____

ORDEM DO DIA

vvvvv

PONTO 1. – **APRECIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2022** _____

“Presente certidão de teor nº 6/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2023: _____

Presente informação I/376/2023, de 31 de janeiro de 2023, da Divisão de Gestão Financeira relativa à apresentação da declaração dos compromissos plurianuais a 31 de dezembro de 2022, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. _____

Para cumprimento do enunciado na referida legislação, apresenta-se em anexo declaração emitida pelo Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, pela qual se declara que os compromissos plurianuais existentes à data de 31.12.2022 se encontram devidamente registados na aplicação de SNC_AP do Município da Marinha Grande, pelos montantes que constam do quadro seguinte: _____

| Ano | Montante |
|--------------|-------------------------|
| 2023 | 21.553.629,39 € |
| 2024 | 13.545.775,86 € |
| 2025 | 13.210.948,94 € |
| 2026 | 12.617.335,40 € |
| 2027 | 3.257.000,00 € |
| Seguintes | 45.709.000,00 € |
| TOTAL | 109.893.689,59 € |

A Câmara Municipal, após análise da documentação anexa, delibera tomar conhecimento da declaração de compromissos plurianuais à data de 31 de dezembro de 2022, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. _____

Mais delibera submeter a presente deliberação e documentos anexos à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual. _____

A informação que instrui a presente deliberação foi remetida aos membros da Câmara Municipal e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por email no dia 31.01.2023. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

v v v v v

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **tomou conhecimento** da **declaração de compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2022 e respetivo mapa anexo**, em conformidade com o previsto na alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

v v v v v

PONTO 2 – APRECIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 _____

“Presente certidão de teor n.º 7/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 06 de fevereiro de 2023: _____

Presente informação I/375/2023, de 31 de janeiro de 2023, da Divisão de Gestão Financeira, relativa à apresentação da declaração dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2022, conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. _____

Para cumprimento do enunciado na referida legislação, apresenta-se em anexo, as declarações emitidas pelo Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, relativas a todos os pagamentos e recebimentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2022. _____

A Câmara Municipal, após análise da documentação anexa, delibera tomar conhecimento do teor das referidas declarações, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. _____

Mais delibera submeter a presente deliberação e documentos anexos à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual. _____

A informação que instrui a presente deliberação foi remetida aos membros da Câmara Municipal e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por email no dia 31.01.2023. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **tomou conhecimento** da **declaração de pagamentos e recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro de 2022 e respetivo mapa anexo**, em conformidade com o previsto na alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

PONTO 3 – REELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE) PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA A REVISÃO DO P.D.M. - PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE _____

“Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 74.º e no n.º 2 do art.º 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro na sua redação atual, a Câmara Municipal da Marinha Grande, na sua reunião de 10 de janeiro de 2013, deliberou dar início ao processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Assim, e de acordo com a alínea d) do n.º 1 do art.º 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro e nomeação da composição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM da Marinha Grande ao abrigo do despacho nº 7293/2013 datado 05/06/2013, esta Comissão de Acompanhamento integra um representante da Assembleia Municipal, sendo necessário para o efeito, eleger um membro efetivo e um suplente.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, na sua sessão extraordinária realizada no dia 19 de novembro de 2021, elegeu de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro e ao abrigo do despacho nº 7293/2013 datado 05/06/2013, um

membro efetivo e um membro suplente para integrarem a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM da Marinha Grande.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, na sua sessão ordinária realizada no dia 23 de junho de 2022, reelegeu de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro e ao abrigo do despacho n.º 7293/2013 datado 05/06/2013, um membro efetivo e um membro suplente para integrarem a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM da Marinha Grande, tendo sido eleitos para o efeito o deputado Luiz Manuel Ferreira Branco, como membro efetivo, e o deputado Rafael da Costa Almeida, como membro suplente.

O deputado Municipal Luiz Manuel Ferreira Branco, através de email dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentou sua renúncia ao cargo de deputado Municipal eleito, tendo a mesma sido aceite na sessão da Assembleia Municipal ordinária do dia 23.12.2022.

Tendo em consideração o acima exposto e considerando que o deputado Municipal Luiz Manuel Ferreira Branco foi eleito como membro efetivo integrante da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM da Marinha Grande deverá, a Assembleia Municipal reeleger um membro efetivo e um membro suplente para integrarem a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM da Marinha Grande de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro e ao abrigo do despacho n.º 7293/2013 datado 05/06/2013." _____

v v v v v

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **delibera**, de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro e ao abrigo do despacho n.º 7293/2013 datado 05/06/2013, **reeleger um membro efetivo e outro suplente** para integrarem a Comissão de Acompanhamento para a revisão do P.D.M. da Marinha Grande, tendo sido eleitos:

Membro Efetivo: Artur Jorge Rosa dos Santos

Membro Suplente: Rafael da Costa Almeida

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que referiu que a bancada do PSD propões o nome do deputado Manuel Santos para integrar a Comissão de Acompanhamento.

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Fabiana (PS)** que referiu que a bancada do PS propõe o nome do deputado Rafael Almeida para integrar a Comissão de Acompanhamento.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que referiu que a bancada do +MPM propõe o nome do deputado Artur Jorge para integrar a Comissão de Acompanhamento.

vvvvv

PONTO 4 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ANO DE 2022 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – C.P.C.J. _____

“Presente ofício nº 38/2023 datado de 02 de fevereiro de 2023 remetido pela Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho da Marinha Grande, Dra. Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro onde consta em anexo o relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ, respeitante ao ano de 2022, dando assim cumprimento ao disposto na alínea j) do art.º 18º e no n.º 2 do art.º 32º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), anexa à Lei nº 147/99 de 1 de setembro, na redação atual, e que constitui o ponto nº 4 da ordem do dia da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023 da Assembleia Municipal da Marinha Grande.”. _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **tomou conhecimento** do **relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ do Concelho da Marinha Grande, respeitante ao ano de 2022**, dando assim cumprimento ao estipulado no nº 2, do artigo 32º da LPCJP, aprovada pela Lei nº 147/99 de 1 de setembro, com as alterações impostas pela Lei nº 31/2003, de 22 de agosto, conjugado com a alínea k), do nº 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro na redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que proferiu o seguinte Voto de Louvor:

“Voto de Louvor

Foi apresentado à Assembleia Municipal, o Relatório Anual de Atividades de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande (CPCJ). É de destacar o trabalho que a CPCJ da Marinha Grande desenvolve com as crianças e jovens marinhenses e com as suas famílias.

Trabalho este que deve ser paulatinamente distinguido devido à crescente complexidade de problemáticas apresentadas por esta faixa frágil da nossa sociedade, aliada à diminuição de pessoal que esta comissão apresenta.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em 24 de fevereiro de 2023, congratula-se pelo esforço desenvolvido pelos membros designados por esta Assembleia na CPCJ, que têm defendido da melhor forma os direitos e interesses das crianças e jovens da Marinha Grande e das suas famílias. Assim, vem a Assembleia Municipal da Marinha Grande prestar público louvor aos seus representantes e aos profissionais da CPCJ da Marinha Grande, pela sua dedicação e esforço em prol desta causa tão nobre.

Dê-se público conhecimento deste voto de louvor às seguintes entidades: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Câmara Municipal da Marinha Grande, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, Instituto da Segurança Social e Órgãos de Comunicação Social.”.

O **Voto de Louvor** foi aprovado por **unanimidade**.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Paula Cardoso (+MPM)** que proferiu o seguinte Voto de Homenagem:

“Voto de Homenagem a Maria Manuela Miranda

A Professora Maria Manuela Miranda, fixou-se na Marinha Grande nos anos 80, para lecionar a disciplina de geografia, desempenhou igualmente diversos cargos em contexto escolar, tendo sido Presidente do Conselho Diretivo da Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte, o seu trabalho foi sempre pautado pela coerência e assertividade o que lhe conferiu um papel de relevância no contexto educativo.

Foi deputada municipal de 2013 a 2017, cargo que ocupou com elevado sentido de responsabilidade e dever de cidadania.

Como membro designado pela Assembleia Municipal, exerceu funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande, tendo integrado a Comissão restrita, no período de 2013 a 2021, cargo que exerceu com um empenho notável na causa da promoção e proteção das crianças e jovens do concelho.

No dia em que apresentamos nesta Assembleia Municipal o relatório anual da CPCJ da Marinha Grande de 2022 e a cerca de pouco mais de 1 mês do seu falecimento, faz-nos sentido esta singela homenagem, por quem sempre pautou a sua vida pelo trabalho e exemplo de vida em prol da liberdade dos outros.

Obrigada e até sempre Professora Manuela Miranda.”.

O **Voto de Homenagem** foi aprovado por **unanimidade**.

vvvvv

PONTO 5 – APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA _____

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que referiu que no Concelho estamos com um grave problema de segurança com vários assaltos. Referiu ainda os problemas de estacionamento no centro tradicional, podendo o mesmo ser minimizado com a abertura de um parque de estacionamento subterrâneo, onde era as instalações da Crisal e que está à venda, sendo um espaço que deveria ser adquirido pela Câmara Municipal.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Fabiana (PS)** que começou por felicitar a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Associações a pela dinamização cultural nos festejos de Natal, Passagem de Ano e Carnaval.

Referiu a preocupação com o aumento das despesas correntes e com a diminuição do investimento na parte da despesa de capital.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que referiu as obras de requalificação em Picassinos, desde a repavimentação das Ruas ao saneamento e rede de águas. Referiu ainda, as obras de requalificação da Estrada da Garcia e questionou sobre o desempenho da seção de obras particulares. Mais referiu a proposta de valores apresentada pela Valorlis no que concerne à recolha de resíduos sólidos.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 1

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Álvaro Cardoso (PS_PJFVL)** que antes de fazer a sua intervenção fez uma nota prévia relativamente à questão do PDM referindo a Lei n.º 75, art.º 16º, alíneas r) e s), q) e r), que se referem à intervenção da Juntas de Freguesia em termos de PDM. Referiu ainda, a alínea g), da referida Lei, que refere, que nos termos acordados com a Câmara Municipal no processo de elaboração dos planos municipais de ordenamento do território, sendo que a alínea r) refere que deverá haver uma colaboração com a Câmara Municipal na discussão pública, nos planos municipais de ordenamento do território. Referiu ainda que, a alienação dos dois lotes da zona industrial da Vieira, reforça uma reivindicação que já vinha de algum tempo por parte da Junta de Freguesia, reforçando a necessidade de ampliação da zona industrial.

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu a inexistência da rede de águas pluviais na Garcia entre a capela e a Rua das Carregueiras, na Amieira o escoamento das águas é insuficiente ficando a Rua dos Cordeiros inundada com pouca pluviosidade, referindo ainda outros locais. Solicitou esclarecimentos sobre a atividade de natação porque no relatório a informação plasmada é de que a atividade está a decorrer em pleno, mas, do que se apercebeu, esta atividade está a decorrer de forma interrupta. Mais solicitou informação sobre algumas questões, relativamente à parte financeira e ao pedido dos pagamentos faseados por parte dos munícipes. Solicitou, igualmente, esclarecimentos sobre os prazos de pagamento das multas de estacionamento.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Rua Ilha da Madeira – Tanto esta Rua como outras mais necessitam de requalificação

Rua do Brejo – A requalificação desta rua é prioritária

Rua do Baixo Alentejo e Rua do Alto Alentejo – Estas ruas fazem parte do projeto de saneamento das Trutas

Rua da Garcia com a Rua das Carregueira – Existe um problema com os pluviais, sendo este replicado em várias situações do Concelho, havendo por isso a necessidade de se fazer um estudo hidrográfico

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador António Fragoso** que prestou as seguintes informações:

Segurança – Efetivamente estamos com um problema de falta de segurança e que se está a gerir com as autoridades de segurança essa situação

Estacionamento – Ao nível de estacionamento, no centro da Marinha, existe tanto estacionamento pago como estacionamento gratuito, mas reconhece-se que o mesmo não é suficiente, mas um dos objetivos é retirar a maior parte os automóveis do centro

Coimas de Estacionamento – Estas coimas são de quem infringiu a Lei, quem autua é a polícia e é a Câmara que executa o procedimento

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Natação – Em relação à prática da natação escolar, em Vieira de Leiria, não existe nenhum problema de lotação e ocupação da piscina por parte de todas as crianças do Agrupamento de Escola. Na Marinha Grande já não é possível o ano inteiro, havendo a necessidade de fazer a rotatividade das turmas

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Falta de Segurança – Para que se consiga fazer frente a esta falta de segurança foi criado o Conselho Municipal da Segurança, sendo este um passo muito importante para que se consiga ter um cuidado especial sobre a segurança

Estacionamento – Estamos a fazer um estudo sobre acessibilidades e mobilidade

Aumento das Despesas Correntes – Em todas as Câmaras se nota um agravamento extremamente grande, referindo o aumento a pagar pelo tratamento dos resíduos sólidos, o aumento do preço da energia, entre outros

Projetos – A Câmara não tinha projetos em carteira e é fundamental, hoje, ter projetos em carteira porque, vai-se entrar nos programas de apoio 20/30 e teremos de estar preparados para se conseguir os apoios para a Câmara

Licenciamento de obras – Foi outra dificuldade herdada e que é transversal e informou que a equipa contratada para fazer face ao atraso no licenciamento de obras já está a laborar

Alienação de 2 lotes na zona industrial de Vieira de Leiria – Informou que a zona industrial da Vieira foi construída em 1995, sendo o regulamento de 1997 e desde então estes 2 lotes estão disponíveis, sendo o valor da alienação igual à avaliação das efetuada pelas finanças

v v v v v

Nos termos do nº 4 do art.º 39º do Regimento e do nº 3 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão. _____

v v v v v

Dando cumprimento à alínea c) do n.º1 do art.º 30º do RJAL, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, da qual se se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano que a redigi, nos termos do n.º 2 do art.º 57º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

O Presidente da Assembleia Municipal

Aníbal Manuel Curto Ribeiro)

Pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano
(Assistente Técnico nº 133)

A gravação de áudio e vídeo da presente sessão encontra-se disponível ao público na página de Internet do Município e no Youtube no canal OA MGTV, em cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 38º do Regimento da Assembleia Municipal da Marinha Grande



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATO 2021/2025

ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA

24.02.2023

ANEXO 1

SESSÃO ORDINÁRIA

24.02.2023

Assembleia Municipal – 24-2-2023

Boa noite.

Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, publico presente e que nos acompanha nas redes sociais, Caros Marinheiros, Vieirenses e Moitenses.

Faz hoje um ano, que a Rússia invadiu a Ucrânia.

Sei que a palavra invasão, pode incomodar algum setor da sociedade, mas na verdade, é esse sentimento que me vai na alma.

Tinham passado poucos dias depois do início da guerra, e nós fizemos uma intervenção nesta Assembleia, a desejar que a guerra parasse rapidamente e que o “maluco” também parasse para pensar!

Infelizmente, isso não aconteceu.

Várias teses têm sido apresentadas por expertos na matéria, e várias opiniões se vão formando, tendo em conta as notícias e factos que nos vão chegando. Também é importante sublinhar, que cada um tira as suas conclusões, em função da sua capacidade de análise. Grande parte da população atenta, não é ingénuo, e percebe porque é que esta guerra se desencadeou!

Centenas de milhares de militares mortos de ambos os lados, assim como civis, incluindo crianças e idosos do lado Ucrainiano. Cidades completamente arrasadas. Que nós saibamos, as baixas da Rússia, são só militares.

Tudo o que a Rússia possa argumentar em sua defesa, nunca os legitimará a praticar tais atos.

Entretanto, esta guerra fez acordar alguns fantasmas. Porque entre 1961 e 1974 também fizemos guerra fora de casa, designadamente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Aliás, como quase todas as potências coloniais.

Para terminar este tema, deixamos uma palavra de afeto e solidariedade, para com o povo Ucrainiano.

Na verdade, não podia deixar passar esta Assembleia, sem trazer aqui um nome, que diz muito à Marinha Grande e a mim em Particular.

Alípio dos Reis Alves.

É verdade, a voz do Rádio Clube Marinheiro que entrou pelos ouvidos e corações dos Marinheiros, durante mais de uma década, partiu no dia 17 do mês passado.

O miúdo que partiu para a guerra de Moçambique com 20 anos, regressou invisível para o resto da vida, passado um ano.

É difícil imaginar, o sacrifício que o Alípio passou durante a sua vida, com a sua família, especialmente a sua esposa e filha, a partir do acidente que o vitimou.

Pessoa dum grande inteligência, amigo do seu amigo, e com um exemplo de família invejável.



Uma palavra de apreço para a sua esposa Maria Odete, que deixa um exemplo à sociedade, do que é verdadeiramente, o amor.

Gostaria de deixar aqui, esta simples homenagem e dizer que a sua personalidade, ficará para sempre marcada nos nossos corações.

Carlos Wilson

Deputado + MPM

ANEXO 2

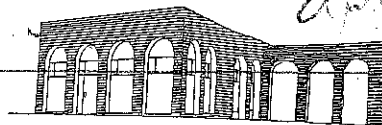
SESSÃO ORDINÁRIA

24.02.2023

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

*apresentado em sessão
de Câmara
de 24/2/2023*

Ficha de inscrição nº 1

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 24 de FEVEREIRO de 2023 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que autorizo/não autorizo (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

| | | | |
|-------------------------|----------------|-----------------|-----------|
| Nome: | CARLOS ROSA | | |
| Morada: | MARINHA GRANDE | N.º Porta/Lote: | |
| Localidade: | | Código Postal: | |
| Telefone/ Telemóvel: | | CC n.º: | Validade: |
| Email: | | | |

ASSUNTO

MULTAS DE ESTACIONAMENTO

ANEXO:

Marinha Grande, 24 de fevereiro de 2023

Assinatura

ANEXO 3

SESSÃO ORDINÁRIA

24.02.2023

Assembleia Municipal – 24-2-2023

Atividade da Câmara

Boa noite, outra vez.

Num mar de lamentações, tenho o dever de começar esta intervenção, com um Bem Haja à Camara Municipal da Marinha Grande.

É verdade! Desde o mandato do Presidente Álvaro Órfão, que não se viam obras em Picassinos, como nos últimos meses.

Do Saneamento à rede de águas, com a respetiva repavimentação das ruas, tem sido, aquilo que uma vez uma ministra disse: É uma alegria! Tem o inconveniente das poeiras, mas é o custo do progresso.

No entanto, espero que não se repitam erros, como vimos no passado.

Abrir canais hoje, para tapar amanhã e voltar a abrir na próxima semana, enfim, esperemos que não.

As obras estão no terreno, é verdade, e a estrada da Garcia, que tantos problemas tem dado, também foi contemplada. Esperemos que a intervenção tenha sido feita com profundidade, porque há mais de 50 anos que lá passo e sempre existiu ali um problema. Talvez alguma linha de água que compromete o resultado do trabalho! Enfim, que daqui a 2 ou 3 anos, não tenha de ser intervencionada outra vez!

Projetos.

Temos ouvido constantemente, que o atraso a que fomos votados, teve essencialmente a ver com falta de projetos. Que não lhe doam as costas por causa disso Sr. Presidente! Pelo que percebemos, se não houver projetos feitos, a partir do momento que surgem as candidaturas, não há tempo para os fazer e os fundos perdem-se! É isso? Foi ou não verdade, que deixámos ir por água abaixo 2 milhões de euros para a construção do Centro Escolar, por falta de Projeto?

Obras.

Numa visita que fiz a um cliente no Montijo, antes de começarmos a falar de negócios, esse cliente diz-me assim: Eh pá, vocês na Marinha Grande estão muito mal na Camara Municipal, no que diz respeito à aprovação de projetos de obras! Tenho um amigo, que tem lá um projeto para aprovar há mais de 1 ano e meio. Devem imaginar como fiquei!



E é a propósito disso, que o queria questionar. A secção de obras, consegue ou não, dar conta do recado nos próximos tempos, para ver se apagamos esta imagem criada?

Para terminar e porque as obras publicas implicam sempre alguns sacrificios dos munícipes, pedimos paciência, porque esses sacrificios, são o custo do progresso.

Sobre a parte financeira e tendo em conta o aumento escandaloso dos bens, a que temos assistido, pergunto, como está a saúde financeira da Camara?

Quando ouvimos dizer, que para pagar a recolha dos resíduos sólidos, se pagavam 13,80 € tonelada em 2018 e a proposta da Valorlis para 2023 é de 59 € e para 2024 de 65 €, são de facto valores escandalosos.

Muito obrigado.

Carlos Wilson
Deputado +MPM